


A Radar //

Secretas. “O que está aqui em causa, no limite, é o modus operandi”

Julgamento começou ontem. Defesa justifica recolha de dados com o manual de procedimentos dos serviços de informação

PEDRO RAINHO
pedro.rainho@ionline.pt

A tese da defesa dos principais arguidos no chamado caso das secretas é a de que não há culpados. Não porque os dados de tráfego e comunicação do jornalista Nuno Simas não tenham sido “mapeados”, mas porque tal foi feito – e das declarações introdutórias dos advogados ficou uma espécie de reconhecimento implícito de que isso aconteceu – com o resguardo do manual de procedimentos dos Serviços de Informação da República Portuguesa (SIRP). O documento será, de resto, uma das eventuais pedras no caminho do julgamento, que ontem começou em Lisboa.

Silva Carvalho foi o último arguido chegar ao *campus* de justiça, já passavam quase dez minutos das 9h30, hora marcada para o início do julgamento. O ex-espião chegou em silêncio e foi ao silêncio que se reme-

teu quando questionado pela juíza Rosa Brandão sobre se pretendia usar da palavra. “Face ao que ouvi hoje, e atendendo ao conselho do meu advogado, prescindindo desse direito”, respondeu Silva Carvalho. As declarações ficam para mais tarde.

Antes, já Morais Sarmento, um dos advogados da equipa que representa Silva Carvalho, tinha levantado dúvidas sobre o risco de, nos seus depoimentos, os arguidos poderem violar o segredo de Estado a que estão vinculados. O facto de muitos dos dados a julgar já constarem dos autos do processo, como sustentou a presidente do colectivo, “não tem rigorosamente nada a ver” com a violação que possa resultar dos depoimentos, considera Sarmento.

Daí que, no final do julgamento, João Medeiros, outro dos representantes de Silva Carvalho, tenha dito aos jornalistas que a defesa pretende ter acesso aos “documentos originais”,



Arguidos dizem estar inocentes mas preferem, para já, permanecer em silêncio

Risco de violação do segredo de Estado ameaça dificultar os trabalhos

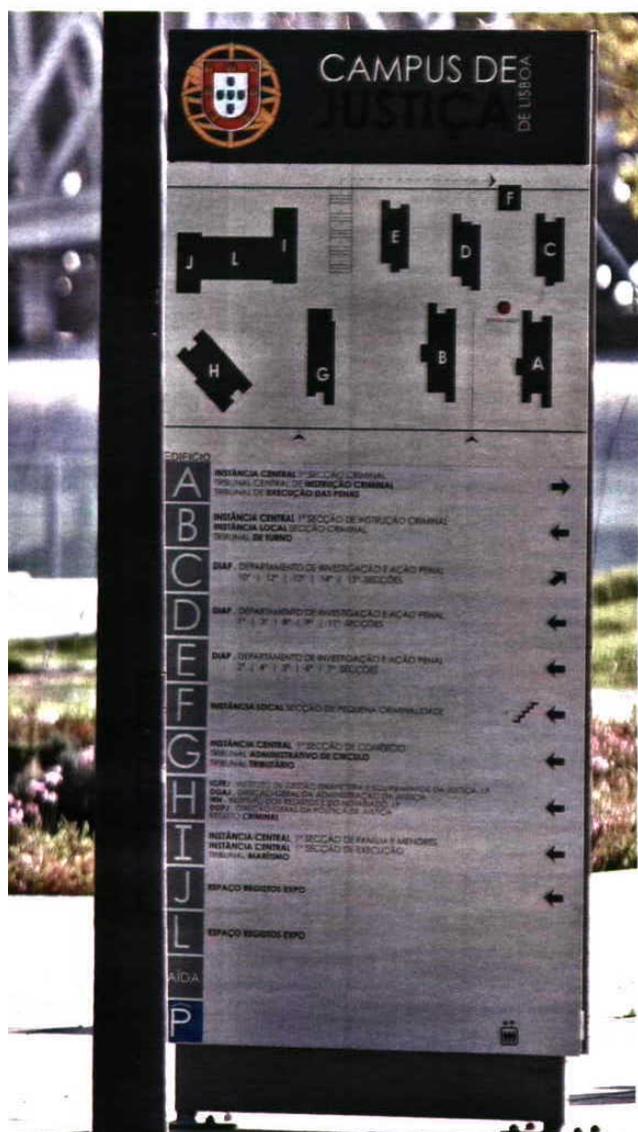
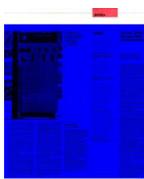
ou seja, ao despacho com a assinatura do primeiro-ministro – o único com poderes para levantar o segredo de Estado.

NÃO HÁ CULPADOS No banco dos arguidos estavam sentados, à esquerda de Silva Carvalho, João Luís (funcionário do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa – SIED e, na altura dos factos, elemento na dependência do ex-espião), Nuno Vasconcelos (presidente da Ongoing que terá, segundo a acusação, aliciado Silva Carvalho a recolher informações sobre potenciais clientes da empresa) e Nuno Dias (elemento do SIRP). Gisela Teixeira, mulher de Nuno Dias e a funcionária da Optimus que recolheu os dados de comunicação de Nuno Simas, é também arguida no processo, mas não esteve presente por estar a prestar assistência ao filho.

Perante o grupo, a juíza Rosa Brandão foi a primeira a admi-

tir a falta de experiência em julgamentos como o que está em causa. “É a primeira vez que estou a julgar um processo com segredo de Estado”, referiu. E Morais Sarmento confessou precisamente o mesmo, mas fez questão de vincar a ideia de que partia para o julgamento obrigado a uma “defesa surpresa”, por não estar claro que matérias poderiam ou não ser respondidas pelos arguidos.

A questão levou mesmo a um pingue-pongue entre Sarmento e a procuradora titular do processo, Teresa Almeida, chegando a antever-se novo adiamento de um julgamento que já teve dois arranques previstos – para Abril e para Junho –, mas que só ontem se iniciou. Rosa Brandão teve de intervir para dizer que os trabalhos prosseguiriam e que “no concreto”, isto é, a cada pergunta do tribunal ou dos advogados, seria definido se os temas a abordar violariam o segredo de Estado.



Silva Carvalho foi o último arguido a chegar ao tribunal. Vai manter-se em silêncio para já – mas garante que quer falar

MIGUEL A. LOPES/LUSA

Citações

“O que está em causa, no limite, é o *modus operandi*” dos serviços de informação

Paulo Simão Caldas
ADVOGADO DE JOÃO LUÍS, FUNCIONÁRIO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA

“O arguido não devia ser eu, deviam ser os serviços de informação”

João Luís
FUNCIONÁRIO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA

“Não importa tanto saber se o facto se verificou ou não, mas se o facto, afinal, não correspondia a uma prática reiterada dos serviços de informação”

Morais Sarmento
ADVOGADO DE SILVA CARVALHO

“[Silva Carvalho e Nuno Vasconcelos] eram dois amigos que se conheceram na maçonaria e desenvolveram uma amizade”

Francisco Proença de Carvalho
ADVOGADO DE NUNO VASCONCELOS, PRESIDENTE DA ONGOING

Juízes. ONU diz que têm preconceitos

Missão das Nações Unidas avaliou a justiça em Portugal

“Se é certo que se trata de dois crimes repugnantes, as duas ofendidas muito contribuíram para a sua realização. Reparigas novas, mas mulheres feitas, não hesitaram em vir para a estrada pedir boleia a quem passava, em plena coutada do chamado macho ibérico. É impossível que não tenham previsto o risco que corriam; pois aqui, tal como no seu país natal, a atracção pelo sexo oposto é um dado indelével e, por vezes, não é fácil dominá-la.” As palavras foram escritas num acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, num recurso que lhes chegou às mãos depois de duas jovens turistas terem sido violadas em Almancil e sustentam o parecer que a ONU divulgou agora, lançando uma mancha sobre a justiça – e os juízes – em Portugal.

As conclusões do relatório das Nações Unidas foram publicadas ontem no “DN”. O exemplo a que recorre tem 20 anos, mas não impediu a relatora da ONU, Gabriela Knaul, de formar uma opinião sobre os juízes e procuradores portugueses. “Os magistrados judiciais e do Ministério Público devem evitar a reprodução de preconceitos em decisões judiciais”, refere Knaul. Outro ponto de preocupação, destaca, são os níveis de violência doméstica no país

A relatora esteve em Março deste ano em Portugal para avaliar o grau de independência da magistratura – nomeadamente em relação ao poder político e económico. E esse aspecto – a liberdade para os magistrados tomarem as suas decisões sem que se sintam limitados por outras questões que não as leis – levou Gabriela Knaul a atribuir uma nota positiva aos tribunais.

Sobretudo, ao Tribunal Constitucional e aos seus juízes – eles que, nesta legislatura, estiveram sob forte pressão e que acabaram por, sublinha a relatora, tomar decisões que chocaram de frente com aquilo que eram as pretensões políticas.

A primeira sessão durou pouco mais de três horas, mas já deixou clara a estratégia da defesa para as próximas semanas. “O que está aqui em causa, no limite, é o *modus operandi*” dos elementos dos serviços de informação, sugeriu, já à saída, o advogado de João Luís, Paulo Simão Caldas – ele que instigou a juíza a ordenar ao secretário-geral dos serviços de informação, Júlio Pereira, a apresentação do manual de procedimentos dos agentes, após um primeiro pedido que saiu frustrado.

Para já, todos os arguidos vão manter-se em silêncio. João Luís deixou claro que seria essa a sua opção, mas também sublinhou que quer “explicar do princípio ao fim” as decisões que tomou e porque as tomou – algumas das quais afrontam mesmo decisões do Tribunal Constitucional sobre em que ponto são traçados os limites da investigação criminal.

Mesmo assim, é no manual de procedimentos que o funcionário do SIED se baseia para justificar as suas acções entre Julho e Agosto de 2010, meses em que o telemóvel de Nuno Simas esteve a ser “vigiado”. O objectivo seria descobrir quais as fontes do jornalista que lhe estariam a passar informações sobre a realidade interna do SIED. “O arguido não devia ser eu, deviam ser os serviços de informação”, acrescentou João Luís nas breves palavras que apresentou ao colectivo de juízes, dando nota de que terá, de facto, recolhido as informações que estão na origem do processo.

Se o fez a pedido de Silva Carvalho e de forma oficial ou oficiosa, são questões que poderão estar sob segredo de Estado e que, por isso, só no próprio momento a juíza revelará se podem ou não ser referidas no testemunho que o funcionário faz questão de prestar em tribunal.

ANO JUDICIAL A 8 DE OUTUBRO

Supremo Tribunal de Justiça
Já há data para a abertura do ano judicial: dia 8 de Outubro. Em comunicado, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) divulgou ontem que, “após a realização dos contactos habituais, a cerimónia solene de abertura do ano judicial terá lugar no dia 8 de Outubro, pelas 15h00”, no Salão Nobre do Supremo. Na semana passada, a Presidência da República já tinha anunciado que remetia essa cerimónia para “uma data imediatamente subsequente” à realização das eleições legislativas. A data de 16 de Setembro tinha sido adiada por motivos de agenda de Cavaco Silva.



11-09-2015

Tiragem: 16000

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 3,64 x 4,03 cm²

Corte: 3 de 3



Secretas.
Espiões admitem ter espiado jornalista

// PÁGS. 6-7